SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER/ES

CONCURSO PÚBLICO Nº 35/2022

Analista do Executivo – Direito

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA DO EXECUTIVO – DIREITO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Por que você não deve acalmar seu filho com o celular?

Quando uma criança está inquieta ou fazendo muita bagunça, colocá-la na frente de um celular com joguinhos ou vídeos pode parecer a solução ideal. Mas, se usada constantemente, essa técnica pode ter seus reveses.

Pesquisadores analisaram o uso de dispositivos digitais como ferramentas para acalmar crianças com idade entre 3 e 5 anos. O estudo envolveu 422 pais e 422 crianças. Ele foi realizado entre agosto de 2018 e janeiro de 2020, antes da pandemia de Covid-19.

Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.

As crianças do estudo mudavam de humor rapidamente e ficaram mais impulsivas – relação particularmente forte em meninos e em crianças que já tinham sinais de hiperatividade, impulsividade e temperamento forte, o que os torna mais propensos a reagir intensamente a sentimentos como raiva, frustração e tristeza.

"Usar dispositivos móveis para acalmar uma criança pequena pode parecer uma ferramenta inofensiva e temporária para reduzir o estresse em casa, mas pode haver consequências a longo prazo se for uma estratégia regular", afirma *Jenny Radesky*, principal autora do estudo e mãe de dois filhos. "Esses dispositivos podem comprometer as oportunidades de desenvolvimento de métodos independentes e alternativos de autorregulação – particularmente durante os seis primeiros anos de vida".

Crianças nessa faixa etária costumam apresentar comportamentos difíceis com maior frequência. Acessos de raiva, ataques de birra ou emoções muito intensas podem ser facilmente controlados com um *tablet* ou um *smartphone*. A solução funciona, mas o alívio de curto prazo pode comprometer o desenvolvimento emocional da criança.

O estudo chama a atenção para o uso exagerado e constante desse método simples. Se aplicado com moderação, pode ser útil – mas não deve ser a principal forma de lidar com situações difíceis.

Para não desamparar pais que abusavam desse método, os pesquisadores também apresentaram algumas outras opções para acalmar as crianças.

Fornecer experiências sensoriais ou estimular exercícios, por exemplo, pode ajudar. Isso pode incluir balançar, abraçar, pular em um trampolim, ouvir música ou olhar para figuras de um livro.

Ao tentar nomear o que seu filho está sentindo, os pais ajudam a conectar a linguagem aos estados emocionais; além de mostrar à criança que ela é compreendida pelos adultos.

Os pesquisadores também promovem alternativas para os comportamentos particularmente negativos de quando estão chateadas. Ao tentar comunicar suas emoções, as crianças podem recorrer a impulsos violentos ou exagerados. Os pais podem ensiná-las comportamentos substitutos mais seguros – como descontar a raiva em um travesseiro ao invés de um colega, ou comunicar-se claramente quando gostaria de atenção ao invés de abrir um berreiro.

"Todas essas soluções ajudam as crianças a se entenderem melhor e a se sentirem mais competentes para administrar seus sentimentos", afirma *Radesky*. "O cuidador também precisa tentar manter a calma e não reagir exageradamente às emoções da criança. Esses cuidados ajudam a desenvolver habilidades de regulação emocional que duram a vida toda."

"Por outro lado, usar um dispositivo móvel não ensina uma habilidade – apenas distrai a criança de como ela está se sentindo. Crianças que não desenvolvem essas habilidades na primeira infância são mais propensas a ter dificuldades quando estressadas na escola ou com colegas à medida que envelhecem."

(CAPARROZ, Leo. Por que você não deve acalmar seu filho com o celular? Revista Superinteressante, 2022. Disponível em: https://super.abril.com.br/ciencia/por-que-voce-nao-deve-acalmar-seu-filho-com-o-celular-segundo-este-estudo/ Acesso em: 22/12/22. Adaptado.)

Questão 01

A principal contradição que sustenta a reflexão proposta no texto diz respeito à(ao)

A) proibição do uso de *smartphones* pelos pais e imediata inserção de práticas de autocontrole dos sentimentos nas crianças.
B) uso moderado do celular em situações de conflito emocional e controle de comportamento negativo da criança pelos responsáveis.
C) monitoramento do uso do celular pelos pais e posterior inserção de práticas de regulação de comportamentos negativos nas crianças.
D) uso de dispositivos eletrônicos como estratégia facilitadora para acalmar as crianças e o prejuízo para o seu desenvolvimento emocional.
E) resposta emocional negativa das crianças em situações conflituosas e o controle do seu comportamento por meio de técnicas de gestão emocional.

Questão 02

Acerca das informações obtidas por meio da pesquisa apresentada no texto, é INCORRETO afirmar que:

A) Os pais permitiram que as crianças usassem o celular ainda com mais frequência para controlarem seu comportamento em casa durante a pandemia.
B) Em vez de oferecem o celular, os responsáveis podem estimular as crianças a extravasar seus sentimentos, usando, para isso, a comunicação verbal.
C) É possível controlar facilmente as emoções intensas de crianças com *tablet* ou celular, mas essa prática constante prejudica seu desenvolvimento emocional.
D) As crianças com histórico de hiperatividade e impulsividade podem ter seu comportamento negativo potencializado pelo uso exagerado de celulares.
E) Os pesquisadores sugerem alternativas de controle emocional das crianças pelos pais sem que se apele para o celular, tais como abraçar, pular, folhear um livro.

Questão 03

Observe o emprego do acento indicativo de crase nas seguintes passagens do texto:

1. "*além de mostrar à criança que ela é compreendida pelos adultos.*" (10º§)

2. "*manter a calma e não reagir exageradamente às emoções da criança.*" (12º§)

3. "*quando estressadas na escola ou com colegas à medida que envelhecem*." (13º§)

Analise as seguintes justificativas para o emprego da crase em relação aos fragmentos anteriores:

I. Em 1, 2 e 3, o emprego da crase se justifica por um princípio de regência verbal.

II. Em 3, o acento grave foi adequadamente empregado em *"à medida que"* por se tratar de uma locução conjuntiva com palavra feminina.

III. Em 1, se a expressão *"a criança"* estivesse no plural – "as crianças" –, o "as" não poderia receber o acento grave porque o enunciado ficaria gramaticalmente incorreto.

IV. Em 2, se o *"as"* que antecede *"emoções"* estivesse no singular ("a"), não poderia haver o emprego da crase. Portanto, o adequado seria: *"a* emoções da criança".

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e III.
B) I e II.
C) II e IV.
D) III e IV.
E) I, II e III.

Questão 04

A mudança de posição do advérbio no enunciado pode provocar significativas alterações semânticas. Assinale a alternativa em que há mudança de sentido quando o fragmento original em I é reescrito em II.

A) **I.** "*Mas, se usada constantemente, essa técnica pode ter seus reveses.*" (1º§)
II. Mas, se constantemente usada, essa técnica pode ter seus reveses.

B) **I.** "*As crianças do estudo mudavam de humor rapidamente e ficaram mais impulsivas* [...]" (4º§)
II. As crianças do estudo mudavam rapidamente de humor e ficaram mais impulsivas [...]

C) **I.** "*O cuidador também precisa tentar manter a calma e não reagir exageradamente às emoções da criança.*" (12º§)
II. O cuidador também precisa tentar manter a calma e não reagir às emoções da criança exageradamente.

D) **I.** "*Acessos de raiva, ataques de birra ou emoções muito intensas podem ser facilmente controlados com um tablete* [...](6º§)
II. Acessos de raiva, ataques de birra ou emoções muito intensas podem ser controlados com um *tablet* facilmente [...]

E) **I.** "*Os pesquisadores também promovem alternativas para os comportamentos particularmente negativos de quando estão chateadas.*" (11º§)
II. Os pesquisadores também promovem alternativas para os comportamentos negativos de quando estão particularmente chateadas.

Questão 05

A principal informação do texto se encontra em qual passagem a seguir?

A) "*Os pesquisadores também promovem alternativas para os comportamentos particularmente negativos de quando estão chateadas.*" (11º§)

B) "*Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.*" (3º§)

C) "*Fornecer experiências sensoriais ou estimular exercícios, por exemplo, pode ajudar. Isso pode incluir balançar, abraçar, pular em um trampolim, ouvir música ou olhar para figuras de um livro.*" (9º§)

D) "*O estudo chama a atenção para o uso exagerado e constante desse método simples. Se aplicado com moderação, pode ser útil – mas não deve ser a principal forma de lidar com situações difíceis*". (7º§)

E) "*Quando uma criança está inquieta ou fazendo muita bagunça, colocá-la na frente de um celular com joguinhos ou vídeos pode parecer a solução ideal. Mas, se usada constantemente, essa técnica pode ter seus reveses.*" (1º§)

Questão 06

Selecione o fragmento que, discursiva e pragmaticamente, mais se aproxima da tipologia textual injuntiva.

A) "*O cuidador também precisa tentar manter a calma e não reagir exageradamente às emoções da criança*." (12º§)

B) "*Crianças que não desenvolvem essas habilidades na primeira infância são mais propensas a ter dificuldades* [...]" (13º§)

C) "*Esses dispositivos podem comprometer as oportunidades de desenvolvimento de métodos independentes* [...]" (5º§)

D) "*Para não desamparar pais que abusavam desse método, os pesquisadores também apresentaram algumas outras opções* [...]" (8º§)

E) "*Acessos de raiva, ataques de birra ou emoções muito intensas podem ser facilmente controlados com um tablete ou um smartphone.*" (6º§)

Questão 07

Assinale a alternativa que apresenta marca(s) de modalização do discurso, ou seja, presença de subjetividade por parte do enunciador.

A) "*Pesquisadores analisaram o uso de dispositivos digitais como ferramentas para acalmar crianças* [...]" (2º§)

B) "*Esses cuidados ajudam a desenvolver habilidades de regulação emocional que duram a vida toda.*" (12º§)

C) "*A solução funciona, mas o alívio de curto prazo pode comprometer o desenvolvimento emocional da criança.*" (6º§)

D) "*O estudo envolveu 422 pais e 422 crianças. Ele foi realizado entre agosto de 2018 e janeiro de 2020,* [...]" (2º§)

E) *"*[...] *usar um dispositivo móvel não ensina uma habilidade – apenas distrai a criança de como ela está se sentindo.*" (13º§)

Questão 08

Na passagem "*Usar dispositivos móveis para acalmar uma criança pequena pode parecer uma ferramenta inofensiva e temporária para reduzir o estresse em casa, mas pode haver consequências a longo prazo se for uma estratégia regular,* [...]" (5º§), se o verbo "haver" fosse substituído pelo verbo "existir", a reescrita adequada da locução verbal destacada seria

A) pode existir.
B) poder existir.
C) podem existir.
D) pode existirem.
E) podem existirem.

Questão 09

Em que fragmento há um desvio de concordância verbal, considerando as prescrições da norma culta escrita?

A) "*Acessos de raiva, ataques de birra ou emoções muito intensas podem ser facilmente controlados com um tablet ou um smartphone.*" (6º§)
B) "*Os pais podem ensiná-las comportamentos substitutos mais seguros – como descontar a raiva em um travesseiro ao invés de um colega* [...]" (11º§)
C) "*Ao tentar nomear o que seu filho está sentindo, os pais ajudam a conectar a linguagem aos estados emocionais; além de mostrar à criança que ela é compreendida pelos adultos.*" (10º§)
D) "*Esses dispositivos podem comprometer as oportunidades de desenvolvimento de métodos independentes e alternativos de autorregulação – particularmente durante os seis primeiros anos de vida.*" (5º§)
E) "[...] *meninos e em crianças que já tinham sinais de hiperatividade, impulsividade e temperamento forte, o que os torna mais propensos a reagir intensamente a sentimentos como raiva, frustração e tristeza.*" (4º§)

Questão 10

Sobre o emprego dos elementos coesivos destacados nas passagens a seguir, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em "*Se aplicado com moderação, pode ser útil*" (7º§), se estabelece relação semântica de *concessão* e pode ser substituído por desde que.
( ) Em "*uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças*" (3º§), para introduz ideia de *finalidade* e pode ser substituído por a fim de.
( ) Em "*o que os torna mais propensos a reagir intensamente a sentimentos*" (4º§), o os é um pronome anafórico e retoma os termos meninos e crianças.
( ) Em "*Esses cuidados ajudam a desenvolver habilidades de regulação emocional que duram a vida toda.*" (12º§), que é um pronome relativo anafórico e retoma esses cuidados.
( ) Em "*ter dificuldades quando estressadas na escola ou com colegas à medida que envelhecem.*" (13º§), à medida que é uma locução conjuntiva *proporcional* e pode ser substituída por de modo que.

A sequência está correta em

A) V, V, F, F, V.
B) F, F, V, V, V.
C) F, V, V, F, F.
D) V, V, F, F, F.
E) V, F, V, V, V.

Questão 11

Em relação à finalidade dos expedientes oficiais, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O despacho é redigido para dar sequência a algum assunto que foi encaminhado para a apreciação da autoridade. Além disso, ele pode comunicar uma decisão, ordem ou até recomendar o prosseguimento de um processo.
B) A certidão é uma declaração que tem por objetivo comprovar um ato ou registro de processo, livro ou documento existente em repartições públicas. Além disso, vale lembrar que quando autenticadas têm o mesmo valor de um documento original.
C) A portaria é um documento pelo qual a autoridade inferior ao chefe do Executivo estabelece normas para disciplinar a conduta de seus subordinados. Além disso, ela é assinada, por exemplo, por presidente, diretor-geral, dentre outros.
D) O memorando é um documento pelo qual o indivíduo interessado solicita ao Poder Público algo que ele acredite que lhe pertença ou até que deva usufruir. Além disso, ele pode usar para se defender de uma determinada prática ou até situação que o lese de alguma forma.
E) O parecer é uma avaliação feita por órgãos especializados a respeito de situações que lhes foram colocadas para essa apreciação. Dessa forma, ele deve indicar a solução ou as razões e fundamentos necessários para a tomada de decisão por um órgão competente.

Questão 12

Um dos atrativos da comunicação por correio eletrônico é sua flexibilidade. Assim, não há necessidade de padronização da mensagem comunicada. No entanto, devem-se observar algumas orientações quanto à sua estrutura. Considerando a utilização do correio eletrônico na correspondência oficial, nele somente será facultada a presença de:

A) Vocativo.
B) Anexo(s).
C) Texto de assinatura.
D) Informações sobre local e data.
E) Preenchimento do campo "Assunto".

Questão 13

São atributos indispensáveis à redação oficial, EXCETO:

A) Clareza.
B) Coerência.
C) Prolixidade.
D) Objetividade.
E) Impessoalidade.

Questão 14

Segundo o Manual de Redação Oficial da Presidência da República (2018), digitação sem erros, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo (quando se fizer necessária a impressão) e a correta diagramação do texto são imprescindíveis à:

A) Coesão.
B) Clareza.
C) Precisão.
D) Concisão.
E) Padronização.

Questão 15

Considerando as correspondências oficiais, seu caráter público e sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais requerem o uso do padrão culto do idioma. Com base nessas informações, analise as afirmativas a seguir.

I. Os textos oficiais devem seguir a normatização prescrita pelos dicionários e pelas gramáticas tradicionais.

II. A linguagem utilizada nos gêneros oficiais deve ser rebuscada, repleta de termos formais, técnicos, com vocabulário amplo e refinado.

III. O padrão de linguagem utilizado nas correspondências oficiais deve se pautar na linguagem do cânone literário, com uso de figuras, ambiguidades e polissemia.

IV. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade de quem a elabora, por isso, é natural não caber qualquer tom particular ou pessoal.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) I, II e III.
E) I, II e IV.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 16

Patrícia é servidora da SEGER/ES e atua como analista de programas, projetos e ações. Na primeira semana do mês de março, recebeu uma demanda para analisar os relatórios de um projeto a ser executado pelo poder público com prazo para entrega de seu parecer de 5 dias úteis. De posse dessa situação, ela decidiu dividir o serviço de análise no prazo de 4 dias para revisar tudo no último dia. Portanto, ela planejou executar a análise dos relatórios da seguinte forma:

- 1º dia: analisar 1/4 dos relatórios;
- 2º dia: analisar metade dos relatórios que restaram do primeiro dia;
- 3º dia: analisar o equivalente à metade da soma dos relatórios analisados nos dois primeiros dias;
- 4º dia: analisar os 6 relatórios restantes; e,
- 5º dia: realizar a revisão de todos os relatórios analisados nos quatro dias anteriores e elaborar o parecer final.

De acordo com essa relação de trabalho, pode-se concluir que Patrícia possui um total de relatórios a serem analisados que está compreendido entre:

A) 1 e 25 relatórios.
B) 26 e 50 relatórios.
C) 51 e 75 relatórios.
D) 76 e 100 relatórios.
E) 101 e 125 relatórios.

Questão 17

No setor de Recursos Humanos de uma determinada empresa trabalham 18 funcionários, sendo 8 solteiros e 10 casados. Se metade dos solteiros têm filhos e apenas dois casados não têm filhos, pode-se afirmar que, dentre os funcionários deste setor, não possuem filhos:

A) Metade dos funcionários.
B) Um terço dos funcionários.
C) Um quarto dos funcionários.
D) Dois terços dos funcionários.
E) Dois quintos dos funcionários.

Questão 18

Os amigos Ana, Beto, Carla e Daniel foram a um restaurante jantar e se ajustaram em uma mesa de formato quadrado. Ana sentou-se primeiro e estabeleceu a seguinte regra para a organização dos amigos à mesa: "o mais velho entre vocês sentar-se-á a minha direita, de frente para o amigo mais novo e Carla irá sentar-se à esquerda de Bruno". Com base nessas informações, a respeito dos três amigos de Ana, é necessariamente verdade que:

A) Carla é mais nova que Bruno.
B) Daniel é mais velho que Carla.
C) Bruno é mais novo que Daniel.
D) Daniel é mais novo que Bruno.
E) Bruno não é o mais velho entre os três amigos.

Questão 19

Os amigos Eli, Fanuel e Gabriela são oriundos de uma mesma cidade e foram aprovados em concurso público. Cada um dos amigos conta que utilizou uma estratégia diferente para se preparar para o certame: curso presencial; PDF; e, vídeo-aulas. Em uma entrevista realizada no jornal local, eles fizeram a seguintes declarações:

- Gabriela: não fiz curso presencial, mas fiquei melhor colocada que Eli.
- Fanuel: utilizei o curso presencial, mas não fui o primeiro colocado.
- Eli: eu não utilizei PDF.

De posse dessas informações, é necessariamente correto que, entre os amigos:

A) Gabriela foi a melhor colocada e estudou por vídeo-aula.
B) Eli foi o terceiro melhor colocado e estudou por vídeo-aula.
C) Eli foi o segundo melhor colocado e Gabriela estudou por PDF.
D) Gabriela estudou por PDF e não foi a segunda melhor colocada.
E) Fanuel foi o segundo melhor colocado e Gabriela foi a melhor colocada entre os três.

Questão 20

Considere a seguinte sequência lógica:

15, 46, 139, 418, X, 3.766, 11.299

Se X é um elemento dessa sequência, qual é o valor do produto de seus algarismos?

A) 30
B) 40
C) 50
D) 60
E) 70

ÉTICA E LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Questão 21

Nos termos da Lei Complementar nº 282/2004, que estabelece regras do Regime Próprio de Previdência do Estado do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.

A) Os benefícios calculados pela média serão reajustados por paridade com os servidores ativos.
B) A servidora titular exclusivamente do cargo de professora aposenta-se aos 52 anos de idade.
C) A manutenção da aposentadoria por invalidez poderá ser objeto de reavaliação por perícia médica.
D) O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 80% da média aritmética das remunerações.
E) O servidor que requerer a aposentadoria voluntária permanecerá em atividade até a publicação do ato.

Questão 22

Nestor, na qualidade de Analista do Executivo, está verificando o direito de alguns servidores estaduais ao recebimento de benefício previdenciário. Nos termos da Lei Complementar nº 282/2004, observado o cumprimento de todos os requisitos formais, terá direito a benefício previdenciário custeado com recursos do Regime Próprio de Previdência do Estado do Espírito Santo:

A) "Ana Cláudia, servidora ocupante de cargo efetivo, que está no nono mês de gestação." – Pedido: licença maternidade.
B) "Mirtes, que conta 19 anos de idade, filha não emancipada de ex-servidora efetiva aposentada e falecida no mês anterior." – Pedido: pensão por morte de sua genitora.
C) "Antônio, agente político, que se encontra diagnosticado com depressão, havendo laudo de incapacidade para o trabalho." – Pedido: aposentadoria por invalidez.
D) "Paulo, servidor detentor exclusivamente de cargo em comissão, que completou 65 anos de idade e 40 anos de serviços prestados ao Estado." – Pedido: aposentadoria voluntária.
E) "Marcelo, servidor público concursado, que se acidentou durante o final de semana, em sua residência e se encontra temporariamente incapaz para o trabalho." – Pedido: auxílio-doença.

Questão 23

Conforme prevê a Lei complementar nº 633/2012 do Estado do Espírito Santo, sobre o cargo de Analista do Executivo, assinale a afirmativa correta.

A) O ingresso no cargo de Analista do Executivo dar-se-á na Classe I da primeira Referência, sempre mediante concurso público de provas e títulos.
B) A progressão é a passagem de uma Referência para outra imediatamente superior, durante o estágio probatório do servidor, e dar-se-á dentro da mesma Classe.
C) A promoção dar-se-á no interstício mínimo de cinco anos e refere-se à passagem, em sentido vertical, de uma Classe para outra, na mesma Referência, por meio de seleção.
D) O símbolo indicativo, representado por números romanos, da faixa de subsídios, usualmente representando um mesmo grau de complexidade de atuação, denomina-se Referência.
E) Os servidores nomeados para o cargo de Analista do Executivo serão remunerados por subsídio, assegurado o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação.

Questão 24

Beatriz, Analista do Executivo no Estado do Espírito Santo, está organizando uma planilha para composição da base cálculo da contribuição previdenciária ao Regime Próprio. Assinale a alternativa que indica apenas verbas que não integram a base de cálculo contributiva.

A) Abono de férias; salário-família; subsídio.
B) Adicional de caráter individual; auxílio-creche; hora-extra.
C) Função de confiança; vantagem permanente; ajuda de custo.
D) Indenização de transporte; adicional noturno; abono de permanência.
E) Parcela percebida em decorrência de local de trabalho; vencimento; diária de viagem.

Questão 25

O Regime de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo, nos termos da Lei Complementar nº 711/2013:

A) Exclui os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.
B) Abrange os servidores titulares de cargo efetivo, excetuados os magistrados.
C) Abrange os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.
D) Não pode ser estendido, ainda que em plano de benefícios apartado, aos empregados públicos.
E) Exclui os servidores titulares de cargo efetivo que estejam em exercício de cargo em comissão.

Questão 26

Considerando aos processos decisórios no âmbito da administração direta, observados os critérios definidos na Lei nº 3.043/1975, assinale a afirmativa correta.

A) Devem constituir, obrigatoriamente, parâmetros para o processo de programação, dentre outros, o desempenho organizacional prévio.
B) A indicação das etapas que compõem um esquema de ação, dispostas em termos temporais, denomina-se descentralização decisória.
C) O controle dos resultados dos programas e ações governamentais constitui responsabilidade exclusiva da chefia de maior grau hierárquico.
D) O administrador deve se preocupar com a forma da ação administrativa, e não com os resultados, sendo eles mera consequência da boa gestão.
E) O funcionamento da administração direta será objeto de coordenação, capaz de garantir superposições de iniciativas, como método de redundância.

Questão 27

Considerando o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, a penalidade aplicável a servidor público que recusar fé a documento público é:

A) Repreensão apenas verbal.
B) Advertência verbal ou escrita.
C) Suspensão de até quinze dias.
D) Demissão em caso de reincidência.
E) Suspensão de até noventa dias e multa.

Questão 28

Sobre o Regime de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo, nos termos da Lei Complementar nº 711/2013, assinale a afirmativa correta.

A) Os planos de benefícios da Previdência Complementar serão estruturados na modalidade de benefício definido, nos termos de regulamento.
B) O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, sem recebimento de remuneração, perde a condição de filiado ao regime.
C) A condenação por ato de improbidade administrativa, com trânsito em julgado, impede a nomeação para os Conselhos e Diretoria Executiva da Fundação.
D) O benefício de risco, cujo valor será limitado à base de cálculo da contribuição, será custeado com contribuições adicionais, acrescidas ao plano de custeio.
E) A contribuição normal do patrocinador para o plano de benefícios previdenciários não poderá exceder o dobro da contribuição individual dos participantes.

Questão 29

Sobre a estrutura organizacional do Estado do Espírito Santo, nos moldes da Lei nº 3.043/1975, respeitada a recepção da norma pela Constituição Federal de 1988, assinale afirmativa correta.

A) O nível de atuação instrumental é representado pelos Subsecretários de Estado, com funções relativas à implantação de coordenação e controle.
B) O nível de atuação regionalizada é representado por grupos setoriais relativos às atividades de planejamento, finanças, administração geral e de pessoal.
C) O governador, por meio de instruções normativas, regulamentará a estrutura e o funcionamento das unidades que compõem a organização administrativa.
D) As entidades integrantes da administração indireta subordinam-se, cada qual, à Secretaria de Estado, cuja atividade integram para fins de controle e fiscalização.
E) As Secretarias de Estado integram a administração pública direta, encarregando-se de atividades, tais como: planejamento, comando, coordenação e orientação normativa.

Questão 30

Nos moldes da Lei nº 3.043/1975, "para assegurar, na administração direta, a predominância de um funcionamento nitidamente voltado para os objetivos, as atividades de planejamento, administração financeira, administração geral e administração de pessoal, serão conduzidas em estreita interdependência e de forma centralizada, por meio de"

A) planos e programas, a exemplo do plano diretor.
B) entidades administrativas, a exemplo das autarquias.
C) unidades de atendimento, a exemplo das ouvidorias.
D) módulos setoriais, a exemplo das unidades regionalizadas.
E) sistemas estruturantes, a exemplo do sistema de planejamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GESTÃO PÚBLICA

Questão 31

A análise, o diagnóstico ou a avaliação da situação estratégica (ou posição estratégica) podem ser o ponto de partida para a elaboração do plano estratégico de uma organização. São os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica, EXCETO:

A) Estrutura.
B) Estratégias vigentes.
C) Vantagens competitivas.
D) Missão da organização até o presente.
E) Desempenho da organização até o presente.

Questão 32

A cultura pode ser analisada em vários níveis diferentes, com o termo "nível" significando o grau pelo qual o fenômeno cultural é visível ao observador. Os principais níveis de análise cultural são: artefatos; crenças; valores expostos; e, suposições básicas. São consideradas como suposições básicas, EXCETO:

A) Crenças.
B) Percepções.
C) Sentimentos.
D) Pensamentos.
E) Estruturas organizacionais.

Questão 33

A Reforma Administrativa de 1967 (Decreto-Lei nº 200) estabeleceu os princípios fundamentais, com a preocupação maior de diminuir o tamanho da máquina estatal, simplificar os procedimentos administrativos e, consequentemente, reduzir as despesas causadoras do *deficit* público. São considerados princípios fundamentais da administração pública, EXCETO:

A) Coordenação.
B) Planejamento.
C) Descentralização.
D) Centralização de controle.
E) Delegação de competência.

Questão 34

"O ciclo da gestão de pessoas, segundo *Chiavenato*, se fecha em cinco processos básicos. O processo _____ apresenta atividades envolvidas de pesquisa de mercado de RH; recrutamento de pessoas; e, seleção de pessoas." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) provisão
B) aplicação
C) manutenção
D) monitoração
E) desenvolvimento

Questão 35

O planejamento formal engloba a definição dos objetivos e dos planos. Enquanto os objetivos especificam os estágios futuros que a organização busca atingir, os planos estabelecem os meios para alcançá-los. Os planos são a tradução formal do planejamento em documentos que estipulam como os objetivos devem ser alcançados, descrevendo como os recursos devem ser alocados e quais atividades devem ser realizadas. Considerando os termos de abrangência e que os planos podem ser estratégicos, táticos ou operacionais, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Estratégicos.
2. Táticos.
3. Operacionais.

( ) Foco na organização como um todo.
( ) Foco em unidades ou departamentos da organização.
( ) Fonte de orientação externa.
( ) Foco em tarefas rotineiras.
( ) Objetivos especificam os resultados esperados de grupos ou indivíduos.
( ) Orientação de longo prazo.
( ) Definem as principais ações a empreender para cada unidade.
( ) Objetivos gerais e planos genéricos.
( ) Definem procedimentos e processos específicos.
( ) Orientação para médio prazo.

A sequência está correta em

A) 1, 2, 1, 3, 3, 1, 2, 1, 3, 2.
B) 1, 3, 2, 2, 1, 3, 2, 1, 3, 1.
C) 3, 3, 2, 3, 2, 1, 1, 2, 1, 3.
D) 2, 1, 1, 2, 1, 3, 3, 3, 2, 1.
E) 3, 3, 2, 2, 1, 1, 2, 1, 3, 2.

Questão 36

As questões de poder e autoridade estão diretamente ligadas ao conceito de liderança. O poder como a capacidade de fazer as coisas acontecerem e obter trabalhos realizados torna-se uma variável independente. Em contrapartida, o poder também tem sido visto como variável dependente ou situacional (no que se refere à natureza de uma situação específica em uma organização que dá poder a um grupo ou indivíduo). Nesse contexto, presume-se que os indivíduos, grupos ou subunidades em uma organização tenham poder com base em fatores como, EXCETO:

A) Substituibilidade.
B) Poder reservado.
C) Centralidade organizacional.
D) Capacidade de lidar com a incerteza.
E) Interdependência do papel e da tarefa.

Questão 37

Para sua estratégia organizacional, o *Balanced Scorecard* (BSC) habilita a organização a alinhar e a focar em, EXCETO:

A) Recursos humanos.
B) Recursos financeiros.
C) Unidades de negócios.
D) Tecnologia da informação.
E) Independência, autonomia e autocontrole.

Questão 38

O propósito de decifrar ou avaliar uma cultura pode variar desde a pesquisa pura, em que o pesquisador tenta apresentar o retrato de uma cultura a colegas pesquisadores e outras partes interessadas, a ajudar uma organização a chegar a um acordo com sua própria cultura, porque seus líderes estão comprometidos com algum projeto de mudança. Os levantamentos por questionários e entrevistas individuais podem ser a melhor forma de comparar e contrastar eficientemente conjuntos de organizações; mas, se a cultura for o alvo do pesquisador, as limitações desses métodos de levantamento de dados culturais devem ser levadas muito a sério. No uso de um questionário ou de um instrumento de levantamento corre-se o risco de:

I. Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importantes em termos da dinâmica cultural de uma dada organização.
II. Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
III. O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
IV. A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelada por um questionário.
V. Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) III e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, III e V, apenas.
E) II, IV e V, apenas.

Questão 39

"A comunicação tem aplicação em todas as funções administrativas, mas é particularmente importante na função de direção, pois representa o intercâmbio de pensamento e de informações para proporcionar compreensão mútua e confiança. A comunicação _____ é aquela que flui de cima para baixo, se prestando mais a informações que não apresentam controvérsias, e quando o propósito é mais informativo do que persuasivo." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) formal
B) informal
C) ascendente
D) descendente
E) lateral ou horizontal

Questão 40

Considerando que o planejamento estratégico é constituído pelos elementos descritos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Visão de negócios.
2. Declaração da missão.
3. Diagnóstico estratégico externo.
4. Diagnóstico estratégico interno.
5. Determinantes de sucesso.
6. Definição dos objetivos.
7. Formulação de estratégias.
8. Auditoria de desempenho e resultados.
9. Cidadania empresarial.

( ) Sua inclusão no processo de planejamento estratégico foi proposta por *Ansoff*, em 1980. Esse recurso metodológico é uma etapa do processo, inserindo-se entre o diagnóstico e a definição de objetivos e a formulação das estratégias inseridas nas dinâmicas competitivas.
( ) Procura antecipar oportunidades e ameaças para a concretização da visão, da missão e dos objetivos operacionais.
( ) Mostra uma imagem da organização quando da realização de seus propósitos no futuro.
( ) É o elemento que traduz responsabilidades e pretensões da organização junto ao ambiente e define o "negócio", delimitando o seu ambiente de atuação.
( ) Corresponde ao diagnóstico da situação da organização frente às dinâmicas ambientais, relacionando suas forças e fraquezas, criando condições para a formulação de estratégias que representam o melhor ajustamento da organização no ambiente em que ela atua.
( ) Traduzida pela governança corporativa, que oferecerá a transparência necessária no relacionamento com os diferentes grupos de interesses.
( ) Há a concepção segundo a qual esse item se dá a partir da análise competitiva proposta por *Porter*, composta por forças atuantes sobre a organização: o poder de barganha dos clientes e fornecedores; a ameaça de substitutos e novos concorrentes; e, a rivalidade dos atuais concorrentes.
( ) A organização persegue simultaneamente diferentes objetivos em uma hierarquia de importância, de prioridades, ou de urgência.
( ) Requer um grande esforço de pessoal e emprego de modelos analíticos para avaliação, alocação e controle de recursos.

A sequência está correta em

A) 5, 3, 1, 2, 4, 9, 7, 6, 8.
B) 1, 3, 5, 7, 2, 4, 6, 8, 9.
C) 2, 6, 4, 8, 7, 3, 1, 9, 5.
D) 5, 2, 6, 1, 3, 4, 9, 8, 7.
E) 7, 9, 5, 3, 1, 8, 2, 4, 6.

CONHECIMENTOS DA ÁREA DE FORMAÇÃO

Questão 41

Determinado Estado da Federação brasileira não inseriu, em sua Carta Constitucional, o Procurador-Geral de Justiça como parte legítima para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça local, contra lei municipal. Na hipótese, a omissão apontada, para que o Procurador-Geral de Justiça pudesse ingressar com tal demanda (é):

A) Válida, eis que não se trata de omissão, mas do chamado silêncio eloquente, que evoca uma opção política do legislador derivado.
B) Legal, uma vez que não cabe ao Ministério Público a análise de conteúdo de leis, mas sim a defesa do ordenamento jurídico como um todo.
C) Legítima, uma vez que o Estado, enquanto ente federativo autônomo, pode fixar quem são os legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade.
D) Constitucional, já que a omissão proposta foi inserida dentro do texto da Constituição do Estado-Membro, o que chancela a opção em deixar de fora o Procurador-Geral de Justiça do exame da constitucionalidade das leis.
E) Inconstitucional, porque, de acordo com o princípio da supremacia da Constituição, os Estados não podem impedir que o Procurador-Geral de Justiça exerça seu papel de defesa da integridade do ordenamento jurídico brasileiro.

Questão 42

Analise as afirmativas; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os tributos atingem, obrigatoriamente, dois direitos fundamentais: o direito à propriedade e o direito de liberdade. O primeiro é alcançado direta e imediatamente pela tributação, porque o tributo consiste em prestação pecuniária compulsória, devida por força de lei, implicando sua satisfação, obrigatoriamente, a diminuição do patrimônio do sujeito passivo. Por outro lado, o direito de liberdade é alcançado pelo tributo de modo indireto, de acordo com os objetivos a serem perseguidos pelo Estado, porquanto sua exigência pode modular comportamentos dos contribuintes.
( ) Os tributos, na atualidade, apresentam feição peculiar. Na medida em que oneram certas atividades ou pessoas, podem causar interferência no regime de competição entre as empresas, se não estiverem adequadamente formulados ou não forem devidamente exigidos.
( ) O princípio da reserva de lei é absoluto em tema de tributação. No tocante às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia, deve haver exauriente e minuciosa definição legal dos serviços compreendidos, não se admitindo o especial diálogo da lei com os regulamentos na fixação do aspecto quantitativo da regra matriz de incidência.
( ) O princípio da anterioridade é cláusula pétrea constitucional. Nos casos em que tenha havido modificação substancial no texto da Medida Provisória (MP) que instituiu a majoração de tributo por ocasião da conversão em lei, o prazo para que seja observado tal princípio é o da edição da medida provisória.

A sequência está correta em

A) V, F, V, F.
B) F, V, F, V.
C) V, V, F, F.
D) F, F, V, F.
E) V, F, V, V.

Questão 43

"Trata-se de interpretação que exige uma compreensão prévia do conteúdo do texto constitucional, cabendo ao intérprete verificar até que ponto compete ao legislador a livre concretização dos valores constitucionais, expostos por meio de normas jurídicas; sendo a Constituição vista como norma superior e tal técnica interpretativa como um mecanismo de controle de constitucionalidade." A definição supra se refere ao método interpretativo:

A) Conforme a história.
B) Gramatical ou literal.
C) Axiológico ou valorativo.
D) Finalístico ou teleológico.
E) Conforme a Constituição.

Questão 44

Trata-se de ação judicial pela qual um grupo de professores do ensino fundamental do estado pleiteia equiparação salarial com outros docentes, do ensino médio da mesma unidade da federação, os quais exerceriam as mesmas funções daquela dos demandantes, em graus de docência distintos. Na presente hipótese, o magistrado deveria:

A) Conceder o pretendido, se o aumento de despesa de pessoal for compatível com a lei orçamentária anual.
B) Indeferir o pedido dos professores, salvo parecer favorável do representante do Ministério Público.
C) Conceder o pleito, tendo o Poder Judiciário o poder-dever de afastar toda ameaça ou lesão a direito subjetivo.
D) Indeferir o pedido, pois é vedado ao Poder Judiciário conceder aumento salarial a pretexto da isonomia.
E) Conceder o pleito dos professores com fincas no princípio da isonomia, que é cláusula pétrea constitucional.

Questão 45

Verifica-se que o objetivo da intervenção federal é proteger a estrutura constitucional federativa contra atos destrutivos de unidades federadas. Visa à preservação da soberania e unidade do Estado e, em *ultima ratio*, das próprias autonomias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A legitimidade jurídico-política da intervenção sustenta-se na ideia de que a autonomia se contrapõe ao arbítrio, à "autossuficiência desmedida". Nesse sentido, a intervenção é também antídoto contra o abuso de poder e a ilegalidade. Considerando o trecho anterior, assinale a afirmativa correta.

A) O regime de pagamento de precatórios obedece à ordem cronológica única, sendo vedado propor ação própria para antecipação do crédito.
B) Ante o princípio da autonomia das unidades federativas a intervenção federal jamais poderá ocorrer no que concerne ao acertamento das dívidas públicas.
C) A insuficiência de recursos é causa que pode justificar o não pagamento de precatórios, ante as dificuldades do Estado, desde que devidamente comprovadas e temporárias.
D) O instituto da intervenção federal, por ser medida excepcional, cabe, tão somente, em situações restritas, nestas não se incluindo dívidas com particulares, que tenham gerado precatórios.
E) Proposta a demanda interventiva, haverá impossibilidade jurídica do pedido, ante a inexistência de previsão constitucional que justifique a medida interventiva, na hipótese de não pagamento de precatórios.

Questão 46

João é aposentado no cargo público de professor na rede pública de ensino do Estado do Espírito Santo. Recentemente, foi aprovado em concurso público que exige formação de nível superior na SEGER/ES. Sobre o tema, observadas as regras constitucionais, assinale a assertiva correta.

A) João não pode acumular os proventos com nenhum cargo na SEGER/ES.
B) Os proventos de professor somente são acumuláveis com outro da mesma área de formação.
C) Os proventos podem ser acumulados com qualquer cargo, pois não há incompatibilidade de horários.
D) A acumulação não dependerá da natureza dos cargos, mas sim do teto máximo de remuneração.
E) João pode acumular a aposentadoria com um cargo de Analista do Executivo – especialidade Administrador.

Questão 47

Márcio foi aprovado em concurso público para ocupar cargo efetivo no Estado do Espírito Santo e tomou posse em 2023. Sobre seu vínculo previdenciário, nos termos da Constituição Federal, assinale a assertiva correta.

A) Se sua remuneração for de R$ 8.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime geral.
B) Se sua remuneração for de R$ 3.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime geral.
C) Se sua remuneração for de R$ 8.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime próprio.
D) Se sua remuneração for de R$ 3.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime próprio.
E) Se sua remuneração for de qualquer valor, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime próprio.

Questão 48

Um empresário, capaz, decide doar bem imóvel para uma pessoa jurídica e, na escritura pública lavrada para consumar o negócio jurídico, consta a exigência de a donatária construir uma arena cultural no local. De acordo com a classificação dos elementos constituintes do contrato de doação, o encargo assumido pela donatária é um elemento

A) acidental do negócio jurídico.
B) essencial dos contratos de doação.
C) natural de contratos dessa natureza.
D) estrutural nos negócios jurídicos unilaterais.
E) indispensável nos contratos de doação e legados.

Questão 49

No período em que a norma se encontra em *vacatio legis*, mesmo que ocorram os fatos previstos no texto legal, estes não apresentarão caráter jurídico, e seguirão sem aptidão para surtir os resultados esperados. Sobre o período em que a lei já se encontra publicada e o momento em que ela tem preenchidas as condições para produzir efeitos concretos, assinale a afirmativa correta.

A) A lei se encontra vigente; todavia, ainda não é eficaz.
B) Juridicamente, a lei ainda não se considera existente.
C) A lei considera-se existente; contudo, não tem ainda vigência.
D) A lei já será eficaz, ficando sua validade condicionada ao termo.
E) Se houver alteração no texto da lei, não será necessário republicação.

Questão 50

A solidariedade passiva representa uma vantagem para o credor, pois, ao possibilitar a cobrança da dívida a qualquer um dos devedores, amplia a possibilidade de recebimento do montante devido. Na solidariedade passiva:

A) O devedor solidário responde por perdas e danos, ainda que não incorra em culpa.
B) Compete exclusivamente ao devedor solidário culpado pela dívida responder pelos juros de mora.
C) Ocorrerá renúncia à solidariedade com a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
D) A renúncia à solidariedade equivale à remissão, visto que o devedor fica inteiramente liberado do vínculo obrigacional.
E) Havendo a renúncia quanto a apenas um dos devedores, o credor não poderá cobrar do beneficiado a sua quota na dívida, e a solidariedade permanecerá quanto aos demais devedores. A renúncia ao crédito equivale ao perdão, exonerando-se da obrigação o devedor beneficiado, remanescendo para os demais devedores o restante da dívida.

Questão 51

O Estado Alfa constituiu uma sociedade de economia mista para fazer a gestão de bens públicos desafetados. Neste caso, referidos bens classificam-se como:

A) Privados.
B) Coletivos.
C) Dominicais.
D) De uso comum.
E) De uso especial.

Questão 52

Em regra, para que se determine a desconsideração da personalidade jurídica, exige-se que seja provada a utilização dolosa da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores ou que tenha ocorrido a mistura de bens e gastos da pessoa jurídica com a pessoa física. Incidem o desvio de finalidade e a confusão patrimonial

A) com o mero encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica.
B) com a transferência de ativos ou de passivos de quaisquer valores sem efetivas contraprestações.
C) com a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
D) havendo abuso da personalidade jurídica, que resulte em benefício direto ou indireto dos sócios ou administradores da pessoa jurídica.
E) nas relações jurídicas envolvendo consumo ou responsabilidade civil ambiental desde que demonstrado intenção de prejudicar terceiros.

Questão 53

Em um determinado processo de execução, o exequente protocolou um requerimento em que solicita a inclusão do nome do devedor no cadastro do SPC. O juiz responsável pelo processo indeferiu o requerimento, justificando que o exequente deveria demonstrar a negativa prévia por parte do mantenedor do cadastro, como condição de análise do pedido. Diante da situação, é correto afirmar que o juiz agiu:

A) Corretamente, pois tal providência deveria ser tomada diretamente pelo credor.
B) Incorretamente, pois deveria ter aberto prazo para a parte complementar o requerimento, antes de indeferi-lo.
C) Corretamente, pois o requerimento de inclusão do nome do executado no SPC depende de comprovação de recusa por parte da entidade.
D) Incorretamente, pois o requerimento de inclusão do nome do executado no SPC não depende de comprovação de prévia recusa da entidade.
E) Incorretamente, pois só poderia indeferir o requerimento se ficasse comprovado que o exequente tem condições para promover a inscrição por recursos próprios.

Questão 54

Suzana foi citada para conhecimento de uma ação proposta por Ricardo. Uma audiência de conciliação foi agendada para o dia 01/12/2022. Ela decide contratar Augusto para atuar como seu advogado no referido processo, concedendo-lhe procuração específica para negociar e transigir. Diante do caso concreto, assinale a afirmativa correta.

A) Suzana poderá ser multada por litigância de má-fé, se não for pessoalmente na audiência de conciliação.
B) Suzana poderá ser multada por ato atentatório à dignidade da Justiça, se não for pessoalmente na audiência de conciliação.
C) Suzana poderá, por meio de procuração específica, constituir Augusto como seu representante, com poderes para negociar e transigir na audiência de conciliação.
D) Suzana pode constituir representante, por meio de procuração específica, para representá-la em juízo, mas não pode lhe conferir poderes para negociar e transigir.
E) O advogado poderá receber procuração específica de Suzana para todo e qualquer ato processual, exceto para representação em audiência, ainda que de conciliação.

Questão 55

Carla e Carlos são casados em regime de comunhão parcial de bens. Carla é brasileira e Carlos argentino. Na constância do casamento, o casal adquiriu três imóveis, um na cidade do Rio de Janeiro e outros dois em Buenos Aires, na Argentina. Nos termos do Código de Processo Civil, compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em caso de divórcio, proceder à partilha

A) do imóvel situado no Rio de Janeiro.
B) dos três imóveis adquiridos pelo casal.
C) dos três imóveis adquiridos pelo casal, desde que Carlos seja domiciliado no Brasil.
D) do imóvel situado no Rio de Janeiro, desde que Carla e Carlos sejam domiciliados no Brasil.
E) dos três imóveis adquiridos pelo casal, desde que Carla e Carlos tenham contraído matrimônio no Brasil.

Questão 56

Sobre o mandado de segurança, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Trata-se de garantia constitucional para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
( ) Por direito líquido e certo entende-se aquele que sua existência pode ser demonstrada independentemente de dilações probatórias.
( ) O prazo para impetração de mandado de segurança é de cento e vinte dias e, passado esse prazo, reputa-se extinto o direito.
( ) No processo de mandado de segurança é possível a intervenção de terceiros e a reconvenção.

A sequência está correta em

A) F, V, V, F.
B) V, F, V, F.
C) V, V, F, F.
D) V, F, F, V.
E) F, V, F, V.

Questão 57

Antônio propôs uma ação de cobrança em face de Álvaro, que conta com oitenta e um anos de idade. Antônio, então, requer a aplicação de prioridade especial na tramitação do feito, pois a parte ré, além de idosa, tem mais de oitenta anos. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

A) Antônio possui direito subjetivo na prioridade de tramitação do processo.
B) O requerimento será concedido apenas se Antônio fizer prova da idade de Álvaro.
C) Antônio não possui legitimidade e interesse para a formulação do requerimento.
D) O juiz da causa deverá atender ao requerido por Antônio, pois o pleito atende aos requisitos legais.
E) O juiz da causa deverá atender ao requerido por Antônio, pois o pleito atende aos requisitos constitucionais.

Questão 58

Hamilton, analisando a validade de certos atos administrativos, deve se manifestar sobre legalidade e formas de extinção. Assinale a afirmativa que apresenta uma manifestação correta.

A) "Uma nomeação de candidato aprovado em concurso público, realizada fora do número de vagas." Manifestação: revogação por ofensa ao interesse público.
B) "Um parecer jurídico, expedido por autoridade competente, cinco dias após a data determinada em lei." Manifestação: declaração de caducidade por excesso de prazo.
C) "Um licenciamento de veículo, expedido pelo órgão de trânsito estadual, sem o atendimento a condições fáticas e jurídicas." Manifestação: cassação do ato por ausência de motivação.
D) "Um decreto expedido por um Secretário Estadual, regulamentando uma lei aprovada na Assembleia Legislativa." Manifestação: convalidação por vício de competência indelegável.
E) "Uma licitação para obra de construção do posto de saúde, realizada pela modalidade pregão, na égide da Lei nº 10.520/2002." Manifestação: anulação por vício quanto à forma essencial.

Questão 59

Vitor, Analista do Executivo do Estado do Espírito Santo, está estruturando um manual de aplicação da nova lei de licitações. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale, a seguir, uma informação corretamente inserida no manual. A nova lei de licitações

A) aplica-se à contratação de parcerias público-privadas.
B) não se aplica à contração de tecnologia de comunicação.
C) não se aplica à concessão e permissão de uso de bens públicos.
D) não se aplica a contratos que tenham por objeto a gestão da dívida pública.
E) aplica-se a contratos que tenham por objeto a contratação de agentes financeiros.

Questão 60

Heleonor, Analista do Executivo do Estado do Espírito Santo, precisa orientar servidores novatos quanto a procedimentos para concessão de licenças. Nos termos do respectivo Regime Jurídico Único dos servidores públicos, assinale a afirmativa que apresenta uma orientação correta.

A) Licença paternidade – Procedimento: concessão depende do setor de perícias médicas.
B) Licença mandato classista – Procedimento: concessão apenas ao ocupante de cargo em comissão.
C) Licença por serviço militar obrigatório – Procedimento: prorrogação dar-se-á somente de ofício.
D) Licença atividade política – Procedimento: concessão apenas ao servidor eleito para mandato parlamentar.
E) Licença gestação, à lactação e adoção – Procedimento: concessão depende do setor de perícias médicas.

Questão 61

Milton, Analista do Executivo do Estado do Espírito Santo, irá ministrar um curso sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Considerando uma informação corretamente explicada por Milton, a Lei nº 13.019/2014 define

A) comissão de seleção como o órgão criado pela administração pública para atuar, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, como instância consultiva.
B) diálogo competitivo: como procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade.
C) acordo de cooperação como o instrumento de formalização de parcerias, que não envolvam a transferência de recursos financeiros, estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para o alcance de finalidades de interesse público e recíproco.
D) termo de fomento como o instrumento de formalização de parcerias, que envolvam a transferência de recursos financeiros, estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelo poder público.
E) termo de colaboração como o instrumento de formalização de parcerias, que não envolvam a transferência de recursos financeiros, estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil.

Questão 62

Alda, Analista do Executivo do Estado do Espírito Santo, precisa decidir sobre a sanção ou consequência da ausência de alguns servidores estaduais ao trabalho. Nos termos do respectivo Regime Jurídico Único dos servidores públicos, assinale a alternativa que apresenta uma decisão correta de Alda.

A) "Um servidor, a cada três meses, ausenta-se por um dia para doar sangue." Decisão: aplicar uma advertência, pois é permitida uma ausência a cada quatro meses.
B) "Uma servidora ausentou-se do expediente por cinco dias em função do falecimento de um tio." Decisão: não aplicar sanção, pois está resguardada por concessão legal.
C) "Um servidor chegou na repartição às 9h10min., sem justificativa, sendo sua jornada das 8h às 17h." Decisão: aplicar a redução de cinquenta por cento sobre o vencimento diário.
D) "Uma servidora ausentou-se, sem motivo justificado, quarenta e cinco minutos antes do horário-fim de seu expediente." Decisão: aplicar a redução de um terço sobre o vencimento diário.
E) "Um servidor ausentou-se por um dia para prestar etapa de prova física de um concurso público para provimento de cargo de policial militar." Decisão: aplicar uma falta, pois fere interesse da administração.

Questão 63

Quanto à responsabilidade civil do Estado, relativamente a ato praticado por um servidor dos quadros da SEGER-ES, assinale a afirmativa correta.

A) O servidor responde diretamente pela prática do referido ato, caso o tenha praticado com intenção de causar danos a terceiros.
B) O ressarcimento de dano causado a terceiros, decorrente do referido ato, deve ser pleiteado em face do Estado e não da Secretaria.
C) Se a conduta do agente decorrer de ato lícito, então, ainda que provoque dano a terceiros, o servidor não terá que ser responsabilizado.
D) A Secretaria será responsabilizada pelos danos causados a terceiros, buscando posterior ação regressiva em face do Estado do Espírito Santo.
E) A responsabilidade do Estado do Espírito Santo decorre da teoria do risco integral e a da Secretaria decorre da teoria do risco administrativo.

Questão 64

Sobre organização administrativa, assinale a afirmativa que somente apresenta exemplos de uma mesma classe de entidades, ou da administração indireta ou do terceiro setor.

A) Organização social; autarquia; fundação.
B) Agência reguladora; agência executiva; sindicato.
C) Partido político; serviços sociais autônomos; organização social.
D) Fundação; organização da sociedade civil de interesse público; empresa pública.
E) Organização da sociedade civil de interesse público; sociedade de economia mista; entidade religiosa.

Questão 65

Sobre Licitações, assinale a afirmativa correta.

A) A Lei nº 8.666/93 ainda estará vigente na data de 31 de março de 2023.
B) A Lei nº 14.133/2021 ainda não entrou em vigência, estando em período de vacância.
C) A Lei nº 14.133/2021 trata exclusivamente das licitações no âmbito das empresas estatais.
D) A Lei nº 10.520/2002 coexistirá com a Lei nº 14.133/2021, posto que o pregão permanece vigente.
E) A Lei nº 12.462/2011 estabeleceu o regime de licitação para jogos da Copa e encerrou sua vigência em 2014.

Questão 66

O agente que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, pratica o crime de:

A) Falsidade ideológica, previsto no Art. 299 do Código Penal.
B) Uso de documento falso, previsto no Art. 304 do Código Penal.
C) Falsificação de documento público, previsto no Art. 297 do Código Penal.
D) Certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no Art. 301 do Código Penal.
E) Reprodução ou adulteração de peça filatélica, previsto no Art. 804 do Código Penal.

Questão 67

Sobre a Nova Lei de Abuso de Autoridade – Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
B) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
C) As condutas descritas na lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
D) Nos crimes de abuso de autoridade, a perda do cargo, do mandato ou da função pública é um efeito da condenação que não é condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e é automática, devendo ser declarada na sentença.
E) Os crimes previstos na citada lei são de ação penal pública incondicionada. Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Questão 68

A Lei Complementar Estadual nº 46, de 31 de janeiro de 1994, ao tratar do Direito de Petição, estabelece que é assegurado ao servidor público o direito de requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer aos poderes públicos. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A representação será obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada.
B) Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data da interposição do recurso.
C) O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.
D) A autoridade recorrida poderá, alternativamente, reconsiderar a decisão ou submeter o feito, devidamente instruído, à apreciação da autoridade superior.
E) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Questão 69

A Lei Complementar Estadual nº 46, de 31 de janeiro de 1994, trata, dentre outros temas, do regime disciplinar dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo. De acordo com a citada lei, NÃO é um dever do servidor público:

A) Guardar sigilo sobre assuntos da repartição.
B) Obedecer às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
C) Tratar com urbanidade os demais servidores públicos e o público em geral.
D) Providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual, a sua declaração de família.
E) Comunicar, em vinte e quatro horas, a existência de qualquer valor indevidamente creditado em sua conta bancária.

Questão 70

A Lei Complementar Estadual nº 847, de 12 de janeiro de 2017, instituiu o Conselho Estadual de Correição do Poder Executivo – CONSECOR, que está vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, e se constitui em instância colegiada de natureza normativa, consultiva, recursal e deliberativa, com o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos dos órgãos e unidades que integram o SISCORES. NÃO é um membro do CONSECOR:

A) Ouvidor-Geral do Estado.
B) Procurador-Geral do Estado.
C) Corregedor-Geral do Estado.
D) Secretário de Estado de Controle e Transparência.
E) Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA – DISSERTAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de uma dissertação sobre tema relacionado ao conteúdo programático previsto no Anexo I do Edital. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 60 (sessenta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,6 (zero vírgula seis) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação.
- A Prova Discursiva abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações).	18	De 0 a 4,5 – Ruim
		De 4,6 a 9 – Regular
		De 9,1 a 12,5 – Bom
		De 12,6 a 18 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	18	De 0 a 4,5 – Ruim
		De 4,6 a 9 – Regular
		De 9,1 a 12,5 – Bom
		De 12,6 a 18 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	12	Desconto de 0,30 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO.	12	Desconto de 0,30 ponto por erro
Valor total da Prova	**60 pontos**	

Redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: "Desafios para a implementação do planejamento estratégico nas instituições públicas". É importante que o texto aborde os seguintes aspectos: vantagens; limitações; aspectos metodológicos; e, fatores intervenientes de se planejar estrategicamente em organizações públicas.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre eles e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta, o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.

4. O caderno de provas consta de 70 (setenta) questões de múltipla para todos os cargos/áreas de formação e 1 (uma) Prova Discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema relacionado ao conteúdo programático previsto no Anexo I do Edital.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/área de formação a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

6. As provas terão duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos/áreas de formação. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para a Folha de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação a Folha de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva) devidamente assinadas em local específico.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá retirar-se do local de provas somente a partir de 2 (duas) horas após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo/área de formação serão divulgados exclusivamente nos endereços eletrônicos www.seger.es.gov.br e www.institutoconsulplan.org.br, às 16h00min do dia 23 de janeiro de 2023.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá período de 00h00min do dia 24 de janeiro de 2023 até as 23h59min do dia 25 de janeiro de 2023, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.